ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Macaé, 9 de dezembro de 2015

Proposição de Moção Nº 01/15

MOÇÃO DE REPÚDIO

O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADS, órgão de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, no uso de suas competências legais, conferidas pelo Código Municipal de Meio Ambiente, vem, através desta Moção, manifestar **Repúdio** à edição da Lei 248/2015, veiculado na imprensa local no dia 27/11/2015, que altera o zoneamento da cidade, sem nenhum aviso, comunicado ou explicação do teor da matéria a este conselho, contrariando o previsto na Lei Complementar nº. 027/2001 e o Decreto Municipal nº. 90/2002. Tal alteração, portanto, fere a prerrogativa de participação popular nas decisões, o que seria conferido pela apreciação da matéria no COMMADS, e, principalmente, atropela o processo democrático de discussão do zoneamento, por meio da Revisão do Plano Diretor, atualmente em curso. A aprovação dessa lei, na fase atual de discussão do Plano Diretor, pode abrir lacunas para a aprovação de empreendimentos em locais pouco adequados à sustentabilidade ambiental do município, até que o Plano Diretor ganhe força de Lei Complementar. **PUBLIQUE-SE**.

Márcio Nascimento
Secretário Geral do COMMADS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 17 de junho de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 17 de junho de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14:00h pelo **Presidente do Conselho, Sr. Gerson Lucas Martins**, que constatou quorum suficiente para a abertura da reunião. Passou a palavra para o Secretário Executivo que entrou na pauta "Aprovação das atas da reunião ordinária de maio e extraordinária de junho". Deu início à leitura das atas e, finalizada a leitura, as atas foram aprovadas por unanimidade, com ressalva da **Conselheira Dominick Werneck** que pediu a correção de uma de suas falas nas linhas 218 e 219 da ata da reunião ordinária de maio. O **Conselheiro Márcio Nascimento** se mostrou preocupado com a assinatura do vice presidente Sr. Fernando Horta visto que o mesmo não ocupava o Cargo de Subsecretário. Fora informado pela Secretaria Executiva que o cargo é de livre indicação do Secretário de Ambiente. A pauta se iniciou com "propostas dos Conselheiros e Informes Gerais". Com inscrição prévia a reunião ordinária, o **Conselheiro Carlos Davi Ide** solicitou que fosse avaliada pelo Conselho a **proposta de uma sessão solene para diplomação de três cidadãos que prestaram relevantes serviços ambientais ao município**. O conselho aprovou por unanimidade que este assunto viesse a ser discutido em forma de pauta na próxima reunião ordinária para criação de critérios e planejamento de execução. A **Conselheira Bernadete** solicitou uma parte à mesa **para que fosse lido um documento direcionado ao Presidente do Conselho**, fruto de um painel cujo tema foi "Emergências Ambientais" que ocorreu na VIII Feira de Responsabilidade Social. Feita a leitura, a conselheira ressaltou que o documento possuía algumas assinaturas e que o mesmo tinha sido elaborado horas antes da reunião ordinária e, portanto pediu aos membros que concordassem com o texto ora lido, que o assinassem. **Feito isto o documento foi encaminhado a Secretaria Executiva para que o mesmo fosse protocolado oficialmente na Secretaria de Ambiente. O Conselheiro Rafael Carvalho** da Secretaria de Ambiente fez informes acerca do andamento da Câmara Técnica de Julgamento de Processos, que fora complementado por outros membros desta CT. **A Conselheira Dominick Werneck** criticou a ausência de representantes do Poder Público na comemoração do Dia do Meio Ambiente na Casa do Caminho, se pronunciou dizendo que sentia satisfação em perceber a efetividade nas discussões do conselho. **O conselheiro Pedro Marinho solicitou que fossem dadas explicações a suas quatro solicitações feitas na reunião anterior**. O Secretário Executivo sanou suas solicitações tendo em vista a entrega da ata da reunião do SANAPA que tratava captação de água para abastecimento na região do Sana, assim como a entrega da ata de reunião ordinária da Câmara de Vereadores do Município onde foram denunciadas irregularidades no processo de execução de projetos de educação ambiental na Secretaria de Ambiente. Além disto, fora informado que estava prevista na pauta desta reunião a explicação formal da SEMA acerca do assunto e que as demandas "Informações sobre a "Regulamentação do PSA e do Pousio" e sobre a criação de um GT para revisão da legislação ambiental estavam pendentes. Sendo esta ultima,indicada como ponto de pauta da próxima reunião ordinária. Por fim foram informados que a demanda da **Conselheira Dominick Werneck** que trata do levantamento dos processos de educação ambiental que estão vinculadas a resolução 003 do COMMADS prosseguia

pendente. Iniciada a pauta "Explanação da SEMA sobre denúncias veiculadas na imprensa", **o vice presidente do Conselho Fernando Horta** iniciou suas explicações relatando um histórico das ações pontuais vinculadas ao Projeto Verão Limpo, e que o sucesso destas ações deu início a uma série de atividades com auxílio dos mecanismo da resolução 003 do COMMADS , onde as empresas propuseram uma iniciativa tripartite onde o cumprimento da resolução fosse feita contratando-se uma instituição através de um termo ou contrato, onde o pagamento era feito diretamente a estas instituições e, a Secretaria de Ambiente atuaria como fiscalizadora do processo. Informou que as denúncias lançadas sem conhecimento geraram problemas pessoais e profissionais em uma situação onde a Procuradoria do Município deu vistas ao processo em questão, e não encontrou nenhum problema na execução do mesmo. **A Conselheira Dominick Werneck** lamentou o acontecido pois acha que o processo precisa continuar de forma aprimorada com auxilio da Câmara técnica e com técnicos de órgão ambiental. Ressaltou a necessidade da criação de uma estrutura dentro da Secretaria de Ambiente para tratar exclusivamente sobre Educação Ambiental. **O Presidente do Conselho Gerson Lucas Martins** reiterou que este infeliz acontecido só ocorreu por uma interpretação precipitada da resolução e que o mesmo está junto a Procuradoria analisando o que poder ser feito para que estas ações não adormeçam. **O Conselheiro Rodrigo Lemes** pediu uma parte afirmando que já existe um parecer acerca da resolução, informando que há uma "pegadinha" nesta e que a situação o chateou visto que o COMMADS não fora consultado acerca do tema. **O Presidente do Conselho Gerson Lucas Martins** concordou com o mesmo e afirmou que em nenhum momento a Secretaria de Ambiente teve a intenção de agir de má fé. **O Conselheiro Rodrigo Lemes** louvou a iniciativa, mas discordou a vinculação do logo do COMMADS nas campanhas publicitárias do programa ora executado. **A Conselheira Dominick Werneck** cobrou um posicionamento acerca do atual responsável pelas ações de educação ambiental da SEMA. **O Vice Presidente Fernando Horta** informou que devido à reforma administrativa recente na estrutura do governo esta informação não estava disponível. **O Conselheiro Pedro Marinho** criticou a SEMA por não consultar o COMMADS acerca deste processo, transparecendo o papel do COMMADS para Secretaria de Ambiente, criticou ainda a postura do Secretário por ter se ausentado da reunião em um ponto de pauta onde eram pedidos esclarecimentos da Secretaria. Retornou a criticar a forma como foram feitos os contratos entre as empresas, secretaria e demais envolvidos nos processo de educação ambiental. **O Vice Presidente Fernando Horta** informou que o Secretário de Ambiente havia informado no início da reunião que o mesmo ia se ausentar da reunião visto que já havia uma agenda prévia com o Ministério Publico Federal na mesma data. Quanto às denúncias afirmou que a resolução prevê uma adesão voluntária das empresas e, que todas as ações de divulgações dos projetos foram feitas sem nenhuma indicação ou o favorecimento por parte da SEMA. Iniciada a pauta "Entidades Excluídas da Grade do Conselho e Inclusão de Entidades Cadastradas". O secretário executivo esclareceu que as entidades foram informadas da exclusão, entretanto nenhum apresentou qualquer forma de recurso. Desta forma foi apresentado que a **Universidade Estácio de Sá se**

cadastrou e manifestou interesse em ser incluída na grade do COMMADS. Por unanimidade foi aprovada a inclusão da mesma. O quadro de vagas retorna ao numero total de 28 entidades membro, com duas vagas ociosas (Instituições Empresariais e Entidade de Categorias-Profissionais). Não havendo tempo hábil para discussão acerca do regimento interno fora p**roposto à realização de uma reunião extraordinária para tratar do assunto no dia 1 de junho, das 14h às 17h, no Palácio Cláudio Moacyr. A proposta foi aprovada por unanimidade.** Encerrado o tempo e a discussão, o Secretário Geral finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo Interino,** dou fé e assino a presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Secretário Geral
COMMADS

Gerson Lucas Martins
Matr. 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun. de Ambiente de Macaé

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 01 de julho de 2015

A reunião extraordinária do COMMADS realizada no dia 1 de julho de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14:30h pelo **Secretário Presidente, Gerson Lucas Martins,** que constatou quórum suficiente para a abertura da reunião. Passou a palavra para o secretário executivo que entrou na pauta "**Discussão acerca do Regimento Interno".** O secretário Executivo interino fez a leitura do regimento proposto a partir do artigo 24, todos os registros dos conselheiros foram ouvidos e quando havia aprovação de todos os membros presentes a proposta foi aceita para prosseguir como redação final do novo regimento interno. Finalizados os argumentos, o texto base não fora aprovado por falta de quorum para aprovação do regimento interno, da mesma forma, fora proposto que tal documento antes de aprovação do Conselho, fosse analisado pelo jurídico da Secretaria de Ambiente. Encerrado o tempo, o Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S. Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino a presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Gerson Lucas Martins
Matr. 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun. de Ambiente de Macaé

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 8 de julho de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 8 de julho de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14:00h pelo **Presidente do Conselho, Sr. Gerson Lucas Martins**, anunciando a posse do novo vice-presidente do COMMADS o senhor **Henrique Abrahão Charles**, também Subsecretário de Meio Ambiente e do novo Secretário Executivo, o senhor Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra. Após constatar quorum insuficiente para a abertura da reunião o mesmo pediu que todos os presentes aguardassem a chegada de novos conselheiros e que a pauta "propostas dos Conselheiros e Informes Gerais" fosse adiantada, visto que a mesma não carecia de número mínimo para a aprovação. O **Secretário Geral Marcio Nascimento** informou que não poderia participar da reunião, visto que havia se comprometido com o Gabinete do Prefeito para tratar de assuntos acerca de sua instituição. O **Conselheiro Pedro Marinho** solicitou que fossem sanadas suas solicitações acerca das atas da reunião do SANAPA que tratavam da captação de água no SANA, e de ofício para ESANE acerca do licenciamento e outorga desta intervenção temporária, além disto, solicitou informações acerca da Lei Pousio e Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA. O Secretário Executivo informou que as atas já haviam sido encaminhadas ao Conselheiro na reunião anterior, e que iria levantar o ofício da ESANE. Acerca da lei do Pousio e PSA o mesmo informou que não estava de posse dos documentos do COMMADS visto que a secretaria executiva estava em período de transição, além disto, o mesmo ressaltou a importância das Câmaras Técnicas e suas reuniões periódicas para o bom andamento do Conselho, solicitou que a Câmara Técnica Julgamento de Processos se atentasse aos prazos regimentais para o julgamento dos processos. Tendo em vista a finalização deste informes e solicitações o Secretário Executivo fez uma nova contagem do quorum e verificou numero suficiente para aprovação de pauta. Deu início à leitura das atas da reunião ordinária de julho de 2015 e, finalizada a leitura, a ata foi aprovada por unanimidade, com a ressalva do **Conselheiro Luiz Gomes que** pediu a substituição da palavra "distrito" para "sede", na linha 31 da ata quando se tratou das captações no SANA, e do **Conselheiro Rodrigo Lemes**, que pediu que fosse feita uma revisão no documento e que fosse dada atenção a erros de concordância e repetição de palavras. Iniciada a pauta "Critérios para Diplomação de Três cidadãos que tenham prestado relevante serviço ambiental ao município de Macaé" o **Conselheiro Carlos Davi Ide** fez a leitura o documento base para iniciar a pauta, finalizada a leitura o **Vice Presidente Henrique Abrahão Charles** salientou a importância da diplomação, mas lembrou que um olhar sobre a gestão ambiental regional é importante na gestão ambiental municipal, desta forma o mesmo sugeriu que tal diplomação deveria ser analisada quanto à "premiação" de cidadãos de outros municípios. **O Conselheiro Marcelo Brazileiro** concordou com o vice-presidente, no que tange a diplomação de cidadãos de outros municípios. O **conselheiro Pedro Marinho** indicou que todos os critérios apontados fossem retirados, e que a indicação fosse feita pelos conselheiros e votação por maioria da grade, e, além de diplomar uma instituição que fosse dada tal "premiação" a pessoas físicas visto que em muitos casos este são os responsáveis por grandes atos. Os **conselheiros Rodrigo Lemes e Elisangela Sossai**

Gerson Lucas Martins
Matr. 40[illegible]1
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

propuseram que fosse deliberada uma comissão para elaborar critérios para seleção destas pessoas e instituições para melhorar o documento, e que no próximo ano o COMMADS comece a execução desta iniciativa. O **Conselheiro Alessandro Silva** sugeriu que fossem incluídas pessoas já falecidas nos critérios. O Secretário Executivo propôs que fosse criado um grupo de trabalho visto que inúmeras contribuições já haviam sido feitas e que o ponto de pauta já estava se estendendo e poderia comprometer outras pautas. Desta forma **os Conselheiros Carlos Davi Ide, Pedro Marinho, Patrícia Carmona e Rodrigo Lemes** se propuseram a fazer parte do grupo de trabalho para analisar e elaborar um procedimento para a diplomação. A pauta "Logomarca para Divulgação e Comunicação do COMMADS" foi iniciada pelo **Conselheiro Rodrigo Lemes** que esclareceu que o documento ora enviado e apresentado como projeto base para esta pauta era de autoria da Câmara técnica de Educação Ambiental, discorreu sobre diversos itens do documento e salientou que inúmeras adequações precisam ser feitas e outras propostas devem ser indicadas pelo Conselho para melhoria do projeto. O **conselheiro Marcelo de Souza** ressaltou a importância da consulta a Secretaria de Comunicação para que não haja precipitações na divulgação do projeto como já ocorrido anteriormente. A **Conselheira Elisângela Sossai** ressaltou que a ajuda da SEMA e da SEMED é de extrema importância e que o projeto seja elaborado no ano de 2015 para execução no ano de 2016. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** afirmou a existência de alguns gargalos que precisam ser sanados acerca do projeto, desta forma o mesmo propôs que o projeto fosse aprovado e encaminhado para a Câmara Técnica de Educação Ambiental. Tendo em vista a aprovação do projeto por unanimidade, passou-se para a pauta "Criação de GT para Revisão da Legislação Ambiental Municipal" onde o Secretário Executivo solicitou que os conselheiros se candidatassem para participar do Grupo de trabalho. Tendo em vista a dúvida do produto final e da adequação ao novo regimento interno que deverá ser alterado, fora proposto a criação de uma Câmara Especial Provisória acerca da legislação ambiental municipal e adequação da mesma as demais legislações. A CEP foi criada por aprovação unânime do Conselho e formada pelos Conselheiros Pedro Marinho, Luiz Gomes, Elisângela Sossai e Patrícia Carmona. O Secretário Executivo informou o fim das pautas e apresentou um ultimo informe acerca da vaga de titular que o mesmo ocupava enquanto membro titular da Secretaria de Ambiente no COMMADS e sua nomeação na grade da Agenda 21. Tendo em vista que o mesmo deixou de fazer parte do Conselho enquanto conselheiro esta vaga precisava ser ocupada o quanto antes, visto a proximidade da reunião ordinária da Agenda 21 neste mesmo mês. Nenhum dos Conselheiros se candidatou a esta vaga, visto que muitos não possuíam informações das ações da Agenda 21 e eu planejamento. Desta forma ficou decidido que a Secretaria Executiva iria entrar em contato para que os mesmo fizessem uma apresentação na próxima reunião ordinária. O Conselheiro Rodrigo Lemes solicitou espaço para mais um informe e apresentou a convidada Julia Rolim, que teceu diversos comentários e enumerou diversas ações acerca de sua luta e de um grupo de pessoas para que a situação dos resíduos de uma forma geral no Município de Macaé fosse levada a sério e como manda a legislação ambiental. De posse de um

Gerson Lucas Martins
Matr 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

documento impresso a mesma pediu que este documento fosse enviado aos demais Conselheiros. O Conselheiro Rodrigo Lemes pediu que a convidada encaminhasse a solicitação diretamente no Protocolo Geral da Prefeitura. O Conselheiro Pedro Marinho solicitou que na próxima reunião a ordinária isto se torne ponto de pauta e que o documento fosse encaminhado aos conselheiros. Os Conselheiros aprovaram a indicação da proposta ora feita. O **Conselheiro Alessandro Silva** solicitou informações acerca de suas denúncias na região do Novo Botafogo, fora esclarecido pela Secretaria Executiva e pelo **Conselheiro Rodrigo Lemes** que o mesmo levantasse todos os protocolos e informações acerca desta denúncia e encaminhasse uma solicitação formal a SEMA e demais órgãos pertinentes.

Encerrado o tempo e a discussão, o Vice-Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo Interino,** dou fé e assino a presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente.**

Gerson Lucas Martins
Matr 40[illegible]71
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Márcio Nascimento da Silva
Secretário Geral
COMMADS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 5 de Agosto de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 5 de Agosto de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14h00minh pelo **Vice Presidente do Conselho, Sr. Henrique Abrahão Charles**, que passou a palavra para o Secretário Executivo, o senhor Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra que iniciou a reunião informando o desligamento da Associação Macaense dos Auditores Ambientais, anunciando quorum suficiente para a abertura da reunião, entretanto, sem previsão de aprovação de pauta. A pauta "Informes Gerais" se iniciou visto o grande volume de inscrições. O Secretário Executivo anunciou estar de posse de respostas as solicitações do Conselheiro Pedro Marinho, mas visto que, até aquele momento o mesmo não se encontrava, ele adiou este informe até que este estivesse presente. Prosseguiu informando que a minuta de Regimento Interno que ora estava sob análise do Jurídico da SEMA, não fora trazida para análise, pois a Secretaria de Ambiente necessita de mais tempo para analisar o mesmo, visto que, devido a Reforma Admnistrativa o setor que analisava esta pendência encontrava-se desfalcado. Informou a substituição dos membros titulares e suplentes da Secretaria de Ambiente. Em relação à solicitação que Agenda 21 realizasse uma apresentação para os membros, o mesmo informou ter entrado em contato com a Sra. Alessandra Bittencourt solicitando que os mesmo fossem a tal reunião, porém não obteve resposta até aquele momento. Informou ainda que a Ordem dos Advogados do Brasil encaminhou ofício de substituição dos membros no Conselho, entretanto, foi ressaltado que a Instituição não fazia parte da grade de instituições membro. A Conselheira Alessandra Veloso informou fora sugerido pela Câmara Técnica de Julgamento de Processos para auxiliar como convidados, pois se recomenda que tal Câmara Técnica possua um advogado para orientar as diversas situações que em algum momento necessitem de esclarecimentos. O Conselheiro Márcio Nascimento, enquanto Secretário Geral e membro desta CT concordou com as palavras da Conselheira Alessandra Veloso. A secretaria executiva passou a palavra para o Vice Presidente Henrique Abrahão Charles que iniciou uma apresentação dos trabalhos e serviços que a Secretaria de Ambiente vem executando desde o mês de julho, foram apresentadas as ações: Ação de Educação Ambiental no bairro Novo Visconde (Palestra e plantio de mudas com crianças do CRAS e PIDES), Campanha de coleta de óleo vegetal (247,2 litros de óleo usado recolhidos), Reparos no Parque Municipal Atalaia (Manutenção programada, sem prejudicar visitação), Ação integrada na vigilância da Lagoa Imboassica, Serviços públicos ao cidadão (Manutenção de podas das árvores e retiradas de enxames de abelhas e vespas), Campanha "Resíduos Eletroeletrônicos" (Recolhimento de mais de 2,5 mil itens, como monitores, computadores, periféricos, aparelhos de DVD e microondas, celulares, cabos, pilhas e baterias, em 7 dias

úteis), Projeto "Arborização nas Escolas" (Parceria com a Secretaria de Educação). Apresentou às ações permanentes da SEMA (coleta de resíduos eletroeletrônicos e óleo vegetal, resgate de fauna) e as ações futuras (Criação do Patrimônio Natural "Peito do Pombo", Criação da Unidade de Preservação Costeira na Restinga do bairro São José do Barreto, Instalação do Centro de Tratamento de Animais Silvestres (CETAS), na restinga do bairro São José do Barreto, Criação da unidade de conservação Pico do Frade, Incentivo a formação de brigada de combate a incêndio. O Conselheiro Márcio Nascimento ressaltou necessidade de considerar discussões anteriores sobre a demarcação dos atrativos naturais, garantia dos acessos de servidão e a possível desapropriação da área. Por fim o Vice Presidente se colocou a disposição de todos e pediu que todos os Conselheiros e presentes na reunião que tivessem projetos e idéias para a gestão ambiental municipal o procurassem, da mesma forma informou que as apresentações como a proferida se tornariam rotina por parte dele, visto que, em sua opinião, é importante trazer as ações da SEMA para conhecimento de todos e receber demandas externas. O Conselheiro Alessandro Silva solicitou informações acerca da placa de balneabilidade instalada na lagoa de Imboassica. A Secretaria Executiva e o Vice Presidente Henrique Abrahão Charles Informaram que tal placa não fora instalada pela Secretaria de Ambiente e que tal monitoramento é realizado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. O Conselheiro Alessandro Silva fez mais um questionamento acerca das invasões recentes ocorridas em área na região da linha azul. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles informou que a referida área se tratava de área particular e que, portanto o único posicionamento que cabia a SEMA era fiscalizar os possíveis danos ambientais. Os Conselheiros Marcelo de Souza e Elisângela Sossai informaram a existência de uma comissão de Pronta Ação que hoje é presidida pelo Secretário de Ordem Pública desde o ano de 2014 e que vêm realizando diversas ações de ordenamento territorial no município. O Conselheiro Márcio Nascimento sugeriu que fosse protocolado na SEMA uma diligência para dar continuidade ao processo de fiscalização desta situação. O Vice Presidente ressaltou a necessidade da protocolização de denúncias ambientais na SEMA para que ambos os lados fiquem resguardados legalmente. A conselheira Bernadete informou que a área da linha azul se trata de uma região de mangue e, portanto, há degradação ambiental iminente. Ressaltou que muitas vezes as denúncias são encaminhadas ao Conselho e nunca são respondidas, sugere que sejam dados prazos as denúncias encaminhadas. O Conselheiro Alessandro Silva se mostrou preocupado com a falta de ação da Secretaria de Ambiente nesta situação amplamente divulgada na mídia regional. O Vice Predisente discordou do Conselheiro, informando que tanto a fiscalização da

Sema quanto a Guarda Ambiental estavam presentes nesta situação com risco de vida, onde os invasores estavam de posse de armas. O Conselheiro Marcio Nascimento salientou o papel importante do Conselheiro Alessandro Silva e encaminhou demanda de pauta para a próxima reunião ordinária. A conselheira Bernadete Vasconcellos parabenizou a iniciativa da SEMA acerca da fauna silvestre e da brigada ambiental, se colocou a disposição para ajudar no que for preciso. O Conselheiro Marcelo Puertas justificou sua ausência nas Últimas reuniões do conselho, explicou que havia sido desligado da Secretaria Executiva por não ser compatível o acúmulo desta função com a de conselheiro, e que estava em falta no encaminhamento de demandas da ONG que representa. Propôs que fossem incluídas nas metas e ações apresentadas pelo Presidente Interino e Subsecretário, Henrique Abrahão, a implementação do Parque Recreativo da Ajuda-PREA, na Ajuda de Baixo, em área onde se encontra um lago, e que a SEMA acompanhe de perto o processo de desapropriação da área da restinga da Praia do Pecado. Solicitou, ainda, informes sobre a tramitação da minuta de Regimento Interno. A Secretaria Executiva reforçou o informe dado no inicio da reunião. O Instituto Visão Social apresentou a Senhora Rosane munida de uma denúncia feita em 2011 acerca de uma cerca instalada em área desapropriada em 2007 (125 mil m²) na região do Frade. A região se trata de um local para lazer dos moradores e a mesma cerca estava instalada dentro do corpo hídrico. Informou que todos os Secretários de Ambiente que assumiram a pasta estiveram na região, além disto, a mesma solicitou copia de inteiro teor do processo. Onde fora evidenciado que ninguém possuía qualquer documentação da referida área. Alegou que a área nunca fora delimitada pela Prefeitura e que a cerca já fora retirada e instalada diversas vezes. Ressaltou que já houve duas licitações para a instalação de um cemitério, entretanto, não se sabe onde será instalado, pois não há uma escritura do terreno. Por fim solicitou ajuda do Conselho, em forma de projetos. O Vice Presidente se comprometeu a receber a denunciante na SEMA para tentar articular uma forma de solução do problema, ressaltando que tal ação não cabe somente a Secretaria de Ambiente. A conselheira Dominick Werneck sugeriu que seja criado um documento em forma de moção elencando as denúncias feitas para esta demanda. O conselheiro Pedro Marinho se mostrou bastante feliz em ver o plenário com diversas pessoas, além dos conselheiros. Ressaltou a importância das denúncias realizadas nas reuniões e cobrou a Secretaria Executiva os formulários de denúncia aprovados anteriormente. A Secretaria Executiva informou que os formulários estão prontos, mas que o mesmo só podem ser utilizados após a aprovação do Regimento Interno. O Conselheiro Pedro Marinho reforçou a necessidade de encaminhar ao Ministério Público as denúncias onde o Município se mostra ineficaz ou ausente de resposta.

O Conselheiro Rodrigo Lemes esclareceu que tal documento deve ir em forma de moção ou solicitação a Secretaria de Ambiente. A conselheira Bernadete Vasconcellos sugeriu que fosse criado um grupo parecido com o da Ordem dos Advogados do Brasil para que se recebam as denúncias e se encaminhem aos órgãos pertinentes. O Conselheiro Marcelo Puertas sugeriu que, ao fim da reunião, os interessados se reúnam para auxiliar a denunciante a redigir o documento e as medidas necessárias a partir daquele momento. O Conselheiro Pedro Marinho sugeriu a criação da Comissão de Denúncias para a próxima reunião. A pauta informes gerais fora finalizada e deu-se prosseguimento a leitura da ata da reunião ordinária do dia 8 de julho de 2015. Finalizada a leitura, o Conselheiro Márcio Nascimento ressaltou que a reunião citada na área era acerca da Unidade de Conservação e não referente à sua Instituição. O Conselheiro Alessandro Silva reforçou a necessidade de resposta de sua solicitação sobre as ações no Novo Botafogo. Em resposta ao Conselheiro Alessandro Silva a Secretaria Executiva informou que não havia colocado em ponto de pauta o tema, visto à falta de precisão na solicitação do Conselheiro. O Conselheiro Pedro Marinho criticou o posicionamento da Secretaria Executiva enquanto mediadora do diálogo entre os membros do Conselho visando garantir a fala de todos, concluiu que o novo regimento poderá solucionar esta mediação, por fim sugeriu que na próxima reunião se convoque as instituições pertinentes. O Conselheiro informou que tinha diversos problemas com a ata, primeiramente em sua fala inicial e suas solicitações acerca da captação de água no SANA. O Conselheiro Rodrigo Lemes solicitou que as sugestões fossem precisas. O Conselheiro Pedro Marinho discorreu sobre as falas da convidada Julia Rolim e critérios para premiação de cidadãos,solicitou que a ata não fosse aprovada e revista pela Secretaria Executiva. O Conselheiro Pedro Marinho discordou que o mesmo fizesse alterações na fala da Julia Rolim, visto que a mesma não estava presente, e que caso o mesmo estivesse interessado em fazer inclusões na ata o mesmo deveria fazê-la naquele momento. A Secretaria Executiva informou que os critérios cobrados pelo conselheiro estavam presentes na ata. O Conselheiro Márcio Nascimento sugeriu que fosse votada a proposta do Conselheiro Pedro Marinho ou a aprovação da ata sugerida sem inclusões. O conselheiro Pedro marinho informou que não concordava com o modelo de ata e que não havia recebido a mesma. O Conselheiro Rodrigo Lemes discordou com a fala do mesmo, pois em sua opinião uma ata deve conter as proposições e argumentos de cada conselheiro. A Conselheira Bernadete Vasconcellos informou que ao transcrever uma ata pode-se elencar os pontos mais interessantes, e que muitas vezes o sentido pode ser oposto ao proposto. Por fim, a mesma esclareceu que cada um tem o direito de questionar o que está dito em seu nome. O

Conselheiro Alessandro Silva se mostrou preocupado com as posturas que são ou não tomadas após as reivindicações e encaminhamentos feitos na plenária. Iniciada a votação, a ata foi aprovada com 11 dos membros titulares presentes, ressalvada a posição do Conselheiro Pedro Marinho que era contra aprovação da mesma. Iniciada a pauta "Apresentação dos Processos do COMMADS", a Secretaria Executiva iniciou a leitura dos seguintes processos: 9277/2006 - Unax de Macaé Serviços Automotivos LTDA, 01064/2008 - Maria Madalena de Lauro, 01435/2008 - Kenia Maia de Lacerda, 00383/2008+70599/2009 - Álvaro Alberto Daute, 00538/2009+ 71162/2009 - Hotel dos Viajantes, 70507/2009 - José Carlos Carvalho de Souza, 70553/2009 - Gilberto Rodrigues Maroti, 71057/2009 - Diva dos Santos Abreu Cardoso Barbosa, 00695/2009 - Monteiro e Rodrigues Imóveis LTDA (Loteamento Barra Green), 00347/2009 - Claudia Duarte da Silva. A conselheira Elisabeth indicou que alguns destes processos, já estavam de posse da Câmara técnica de Julgamento de Processos. A secretaria Executiva informou que pode ter ocorrido alguma precipitação nas informações e encaminhamento de processos visto a transição da secretaria executiva e que checaria quais realmente careciam de análise, por fim fora ressaltado o prazo regimental de 45 dias para análise dos processo. O Conselheiro Pedro Marinho pediu esclarecimento acerca deste procedimento, visto que não fora apresentado o teor dos processos. A Secretaria executiva informou que os processos são encaminhados a CT para julgamento e que segundo a legislação bastaria a apresentação dos processos em reunião ordinária. A Conselheira Elizabeth informou ser inviável a apresentação de cada processo da CT na reunião plenária. A Conselheira Alessandra Veloso fez uma breve explanação acerca do procedimento de todas as infrações ambientais que são recebidas na SEMA, desde suas protocolização e suas instâncias de julgamento. O Conselheiro Pedro Marinho reivindicou que a comissão apresente mais informações na hora da apresentação, visto que a orientação da CT não é a decisão final acerca dos processos. A conselheira Alessandra Veloso informou que a CT tem poder de deferir ou indeferir as impugnações e o Conselho somente ratifica as decisões proferidas por estes. O conselheiro Pedro Marinho discordou que esta sistematização seja feita desta forma e não se sente confortável em aprovar tais processos da forma que são apresentadas. Finalizado este ponto de pauta o Coordenador da Câmara técnica Julgamento de Processo Rafael Manhães iniciou a pauta "Informes das Câmaras Técnicas e Câmaras Especiais Provisórias" informando o deferimento dos processos: 1435/2008 KENIA MAIA DE LACERDA; 347/2009 CLAUDIA DUARTE DA SILVA, o arquivamento dos processos: 72076/2010, 72373/2010, 73126/2010, 73500/2010, 71937/2010, 73499/2010 , COFRANZA CONSTRUTORA LTDA e o indeferimento dos processos:

39277/2006 UNAX DE MACAÉ SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA; 77769/2010 JOSÉ EDUARDO CARRIJO DOS SANTOS; 77269/2012 VALFRANK FERRE RODRIGUES 70939/2009, 71406/2009, 71408/2009, 71409/2009 MARCOS CESAR ALVES ALELUIA; 71410/2009, 71411/2009, 71412/2009, 71481/2009, 71485/2009, HOTEL BRISA TROPICAL DE MACAÉ; 81833/2013 ATK CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; 383/2008 ALVARO ALBERTO DAUDT; 695/2009 MONTEIRO RODRIGUES IMÓVEIS LTDA; 70599/2009 ALVARO ALBERTO DAUDT; 74544/2011 SANDRA MARIA DA SILVA; 80377/2013 ECOBLAST HIDROJATEAMENTO E PINTURA INDUSTRIAL LTDA; 74700/2011 ALUCAR TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA; 71162/2009 F. M. MUNARINI HOTEL – ME; 73470/2010 EMPRESA VIVO S/A; 70507/2009 JOSÉ CARLOS CARVALHO DE SOUZA 74700/2011 ALUCAR TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA; 538/2009; FREDERICO MUSSI; 70553/2009 GILBERTO RODRIGUES MAROTI. O Conselheiro Pedro Marinho explanou que em sua opinião as informações apresentadas não faziam sentido da forma como fora apresentada e propôs que CT apresentasse o conteúdo da solicitação e se esta foi deferida ou indeferida. A conselheira Alessandra Veloso solicitou que fosse feito um resumo do processo com número do processo, nome, artigo infracionado, valor da multa e qual a solicitação feita. O Conselheiro Márcio concordou que este procedimento fosse adotado pelos membros da CT. O Conselheiro Rodrigo Lemes sugeriu que um mínimo de informações era importante ser apresentado na entrega oficial dos processos ao COMMADS. A proposta foi acolhida por todos assim como a ratificação dos processos apresentados pela CT, excluindo o Conselheiro Pedro Marinho que se absteve de votar na ocasião. A Conselheira Bernadete Vasconcellos solicitou que a Secretaria Executiva encaminhasse um maior número de processo a Câmara Técnica para agilizar o andamento dos mesmos e evitar as perdas conseqüentes. A Secretaria Executiva informou que com o avançar da hora e do início de esvaziamento do plenário os conselheiros deveriam aprovar o adiamento das pautas para próxima reunião assim que o último informe fosse feito. O Conselheiro Rodrigo Lemes pediu que se mantivesse o ponto de pauta proposto por sua instituição visto à importância da mesma. O Conselheiro Pedro Marinho solicitou que a sessão fosse estendida para dar continuidade a todas as pautas. A secretaria Executiva informou que o espaço estava reservado ate às 17 horas e que não via impedimentos do prosseguimento até os responsáveis pelo espaço solicitassem a finalização da reunião, mas ressaltou que as demandas pospostas fossem sempre dirimidas o tempo proposto na convocação. Finalizada a discussão o Conselheiro Luiz Gomes apresentou os resultados da Câmara Especial Provisória Legislação – COMMADS, fruto do levantamento das legislações municipais. O mesmo ressaltou que neste âmbito a Câmara identificou uma irregularidade na lei

3256/2009 que modifica uma lei complementar assim como a legislação de licenciamento ambiental que não fora dada publicidade, ressaltou a necessidade de apoio jurídico para auxiliar os estudos da Câmara. A conselheira Elisângela Sossai solicitou apoio de todos que tiverem alguma informação complementar, informou que o foco a principio será compilar a legislação municipal ambiental, porém vencida esta etapa, os esforços serão para as legislações do COMMADS e Fundo Ambiental. O Conselheiro Alessandro Silva pediu que fossem atendidas suas solicitações acerca da região do Bairro Novo Botafogo e se mostrou preocupado quanto à liberação da licença do empreendimento Bela Vista e seus impactos nos corpos hídricos na região da Lagoa Imboassica. O Conselheiro Marco Aurélio informou que os dados solicitados pelo Conselheiro Alessandro Silva estavam sob responsabilidade dele, e que na próxima reunião ordinária o processo estaria finalizado. O Conselheiro Rodrigo Lemes iniciou o último ponto de pauta e esclareceu que insistiu que pauta fosse realizada naquela data, visto que o prazo já estava esgotado para elaboração do termo de referência para contratar a empresa responsável pela coleta "seletiva". Isto se devia ao fato do jurídico ter retornado a proposta de TR para adequações. Desta forma o mesmo iniciou uma apresentação tratando de um estudo de caso em Arraial do Cabo, em seguida apresentou o embasamento legal, seguido da hierarquia das ações no manejo de resíduos sólidos e dos instrumentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na mesma apresentação, o Conselheiro apresentou um histórico da geração de resíduos no município de Macaé e dados pertinentes a gestão de resíduos no exercício financeiro de 2015(Lei 4.083/2015). Por fim apresentou as seguintes inconformidades relacionadas à gestão de resíduos no município: Implantação limitada da coleta seletiva; Não inclusão dos catadores na gestão de resíduos sólidos; Plano de Gerenciamento de Resíduos como instrumento de controle social é descumprido e está desatualizado (ausência de definição de metas); Ausência de controle social (acesso à informação e participação na tomada de decisões - COMMADS) – Lei de acesso a informação; Licitação com TR desconhecido; Medição não está alinhada com a diminuição da disposição. Pra finalizar sua apresentação as seguintes propostas: Contribuir na elaboração do termo de referência junto à SELIMP; estabelecer câmara técnica no COMMADS para o controle social na gestão de resíduos; Contribuir com o plano de resíduos sólidos - com metas claras (ordem de prioridade e destinação; Implantação da coleta seletiva); Viabilização da inclusão social pelo fortalecimento de cooperativas e criação de estrutura (galpão, capacitação, PEVs, logística). O Conselheiro Edgard Pessanha se mostrou preocupado com a situação apresentada e discrepância nos valores apresentados acerca do exercício financeiro. O Conselheiro Rodrigo Lemes reforçou

que o principal era se criar a Câmara Técnica naquela situação, mas o mesmo entendeu que já não havia quórum para tal naquele momento. A secretaria Executiva informou que estava encerrando as inscrições para fala visto que os responsáveis pelo espaço solicitaram o encerramento da reunião, fez a leitura das pendências, informes e pautas: Proposta de Criação e Financiamento de Placas Educativas e Proposta de Premiação de Cidadãos Macaenses, além dos informes pertinentes a solicitação do Conselheiro Pedro Marinho acerca das leis do Pousio e PSA. Visto a necessidade de se agilizar a situação de encaminhamento de oficio a Secretaria de Limpeza Pública os Conselheiros solicitaram uma reunião extraordinária para tratar do assunto, entretanto, foram informados pela Secretaria Executiva que, segundo regimento em vigor, somente o Presidente ou 2/3 dos Conselheiros presentes poderiam fazer tal convocação. Fora sugerido que se encaminhasse a demanda para o Presidente para que o mesmo fizesse tal convocação. A Conselheira Elisangela Sossai reforçou esta proposta e se mostrou angustiada ao que tange a utilização do critério de utilização de maioria simples dos conselheiros membros para aprovação de atos do Conselho, visto que essa interpretação deixa claro que a maioria simples seria dos que estavam presentes. O Conselheiro Pedro Marinho propôs que fossem aprovados a Câmara Técnica e ofício a SELIMP com os membros ali presentes e caso alguém quisesse contestar que fosse feito posteriormente. Aprovada esta proposta as instituições: SEMA, PETROBRAS, NUPEM/UFRJ, SOS PRAIA DO PECADO, INSTITUTO VISÃO SOCIAL, SECRETARIA DE HABITAÇÃO se colocaram interessados em participar desta CT. A Conselheira Alessandra Veloso informou a necessidade de apresentação das ações no Novo Botafogo em uma reunião extraordinária. Encerrado o tempo e a discussão, o Vice-Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino o presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente.**

Gerson Lucas Martins
Mat. 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Márcio Nascimento da Silva
Secretário Geral
COMMADS

Ambiental Lívia Xavier informou que os dados de peixes seguiram o procedimento especifico e que a situação ambiental não será sanada de uma hora pra outra. A conselheira Alessandra Veloso informou que a Secretaria de Ambiente não é responsável por realizar pesquisa ressaltando a necessidade de controle social. O Conselheiro Rodrigo Lemes informou que o problema irá persistir visto a localização na região de drenagem, citou a direção dos ventos como um fator importante a ser considerado. Além da convergência dos canais que não auxilia na análise pontual o responsável pelo causador do impacto geral. Criticou somente a postura de tratamento do problema somente como social. Elogiou a magnitude da ação realizada da SEMA, e enfatizou que espera que este tipo de ação seja levada a diversos bairros do município. O Conselheiro Marco Aurélio informou que o laudo é conclusivo, denunciou que uma empresa em específico está causando este impacto na água. Informou ainda que o odor vem da região do Novo Cavaleiros, além de informar que as análises foram realizadas, e que os laudos não foram buscados. O Conselheiro Luiz Gomes esclareceu que há a necessidade de utilizar recursos do FUNDAM para realizar monitoramento na região. O Conselheiro Maxwell Vaz Esclareceu que a comissão não é um órgão executivo e há a necessidade de um diagnóstico preciso na região, pois há uma série de canais interligados que recebem lançamentos de diversos bairros além de um monitoramento preciso e cientifico em longo prazo. O Conselheiro Flavio Mancebo questionou se não há um dispositivo ou sensor que possa solucionar isto de uma forma pontual. O Analista Ambiental Gabriel Teixeira esclareceu acerca de dispositivos nos licenciamentos que tenham tratamentos específicos. O Conselheiro Alessandro Silva informou que avançamos bastante quando tratamos de uma forma geral e histórica, incentiva que devemos continuar com estas ações. Verificou a necessidade de ampliar o número de fiscais e equipamentos para contenção de efluentes industriais e oleosos. Solicitou que o Inea apresente com maior detalhe suas solicitações em outra ocasião e que a Comissão de Meio Ambiente, Proteção dos Animais e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Macaé da Câmara possa apertar o cerco com as empresas e com as legislações ambientais municipais. Encerrado o tempo, o Vice Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S. Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino a presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Márcio [illegible]
Secretário Geral

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun. de Ambiente de Macaé

Gerson Lucas Martins
Matr 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Henrique Abrahão Charles
Subsecretário de Ambiente
Matr.: 44.084
SEMA / PMM

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 20 de Agosto de 2015

A Reunião Extraordinária do COMMADS realizada no dia 20 de agosto de 2015, no auditório do Paço Municipal – Prefeitura Municipal de Macaé foi iniciada às 15h00minh pelo **Vice Presidente, Henrique Abrahão Charles,** que constatou quórum insuficiente para a abertura da reunião, entretanto, a reunião se iniciou visto a importância da pauta tratada e da vontade dos 7 conselheiros presentes. Passou a palavra para o Secretário Executivo informou ter enviado ofícios para o Instituto Estadual do Ambiente, Comissão de Meio Ambiente, Proteção dos Animais e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Macaé e Instituto Macaense de Ciência e Tecnologia, solicitando a indicação de um representante para explanar sobre as ações executadas e planejadas para a região do Novo Botafogo. Em seguida o Analista Ambiental Gabriel Teixeira da Secretaria de Ambiente fez uma apresentação acerca de todas as ações realizadas pela Coordenadoria de Licenciamento e da Coordenadoria de Fiscalização em conjunto com outros órgãos da Prefeitura. O Conselheiro Marco Aurélio do IMCT informou que o laudo conclusivo acerca das análises de água se encontra apensado no processo. O Representante do INEA Magno Grativol fez apontamentos acerca de ações fiscalizatórias com infrações e notificações. Inclusive fechamento de empresas. Passado aos questionamentos. O Conselheiro Luiz Gomes criticou a ação fiscalizatória apresentada, mas elogiou o levantamento e a área abrangida. Sugeriu um mapeamento (GPS) dos pontos de lançamento na região e no entorno. O Analista Ambiental Gabriel Teixeira complementou que internamente tudo foi bem articulado, mas não compete a análise técnica a divulgação do planejamento, assim como planejar as atividades das instituições convidadas. A Conselheira Bernadete Vasconcellos avaliou que a situação apresentada é grave, pois a desarticulação dos dados apresentados não trazem um parecer conclusivo. A Analista Ambiental Lívia Xavier esclareceu que os dados de análises de água demonstram o laudo geral sobre a qualidade ambiental do corpo hídrico e não caracteriza uma empresa ou outra, e que, o monitoramento da área vai prosseguir. A Conselheira Bernadete Vasconcellos criticou que em longo prazo o ambiente pode estar muito comprometido. Questionou o crime ambiental, a contaminação dos peixes e quem fora o órgão licenciador naquela área, assim como as punições dadas às empresas. A fiscal de controle ambiental Gloria Janaina informou que desde o ano de 2013 o trabalho de fiscalização e licenciamento é contínuo. E que todas as ações cabíveis já foram realizadas e ou estão em andamento. O representante do INEA Magno Grativol esclareceu as competências entre ESTADO e Municípios. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles esclareceu que o procedimento está sendo feito como manda a lei e ainda está executando ações de educação ambiental para conscientização da população e das empresas. A Analista

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 2 de Setembro de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 2 de setembro de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14h10minh pelo **Presidente do Conselho, Sr. Gerson Lucas Martins**, que passou a palavra para o Secretário Executivo, o senhor Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra que iniciou a reunião informando quorum suficiente pra se iniciar a reunião, entretanto sem quorum mínimo para aprovação. A pauta **"Informes Gerais"** foi antecipada, a Secretaria Executiva iniciou informando que o Regimento interno ainda carente de análise pelo Jurídico da Secretaria de Ambiente. Fora questionado se existe prazo para análise do mesmo. O Presidente do Conselho informou que devido à reestruturação do setor, todos os processos estão sendo executados à medida que foram encaminhados, e que o Regimento Interno será analisado com prioridade. A secretaria Executiva informou o envio do oficio 003/2015 solicitando que a Comissão da Câmara Técnica Gestão Social dos Resíduos Sólidos fosse inclusa na Comissão de Criação do Termo de Referência do próximo edital de licitação dos Serviços de Gestão de Resíduos Sólidos no Município. Informou ter entrado em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil, mas sem sucesso. Em relação à ESANE, informou ter encaminhado o oficio 004/2015 solicitando todos os dados que disponham acerca da intervenção no Sana solicitada pelo Conselheiro Pedro Marinho. O Conselheiro Marcelo Puertas solicitou a palavra para explanar acerca dos esforços realizados em prol da denúncia feita na reunião ordinária de agosto que tratava de diversas irregularidades ambientais, parcelamento do solo, etc. na Região do Frade. O conselheiro apresentou três propostas de decisão, uma direcionada ao Ministério Público e outro ao Chefe do Poder Executivo, ambos requerendo que se abra uma investigação e acompanhamento dos processos de desapropriações de áreas da Fazenda Santana, localizada no Distrito do Frade, bem como a criteriosa demarcação das áreas em processo de transformação em áreas de interesse público (de acordo com os decretos 22/2007, 38/2015 e 39/2015), levando em consideração "1 - As Faixas Marginais de Proteção e Áreas de Preservação Permanentes; 2 - A Faixa de Passagem de Energia Elétrica; 3 - A necessidade de marcação de uma área doada ao município em 1941, para abastecimento de água, segundo o processo nº 16/41, apensado ao processo 75272/11, folha nº 28, de posse da Procuradoria Geral do Município; 4 - A necessidade de levantamento de possíveis sobreposições das demarcações destas áreas, citadas acima, e das áreas particulares da fazenda sobre as áreas contempladas com a desapropriação; 5 - A necessidade de averiguação de possíveis avanços das demarcações das áreas particulares da fazenda sobre as áreas contempladas com a desapropriação e a necessidade de remoção de cercas estabelecidas dentro de corpos hídricos; 6 - A necessidade de levantamento dos pagamentos já realizados pelas desapropriações e dos pagamentos ainda não efetuados, para efeito de verificação, dentro dos critérios de economia, lisura e modicidade e dentro dos parâmetros de preços de mercado, dos preços estabelecidos para o pagamento das desapropriações e, se for o caso, exigir a devolução de diferenças ao erário público;" e uma terceira Proposta direcionada também ao Chefe do Poder Executivo Municipal manifestando-se: "1 - Contra a construção do Cemitério do Frade nas proximidades de corpos hídricos; 2 - A favor de que a comunidade

do Frade seja amplamente consultada através de audiências públicas sobre a construção, dimensão e localização do Cemitério, tendo total acesso ao projeto do empreendimento; 3 - A favor de que se decida democraticamente, também através de audiências públicas, o tipo de uso que a comunidade deseja para a área em processo de desapropriação. "4 - Pelo envio desta decisão para publicação em jornal de grande circulação local e que a mesma seja encaminhada ao chefe do poder executivo". Tendo em vista não haver quorum suficiente para aprovação das decisões todos os presentes acataram a decisão e decidiram aguardar o quorum mínimo para aprovação e submeter à aprovação. O Conselheiro Márcio Nascimento solicitou a palavra e discorreu acerca de vistorias aéreas realizadas na região do Sana, tratou especificadamente, da Fazenda Peito do Pombo, onde outrora já haviam sido relatadas pelo mesmo haver processo de possíveis irregularidades ambientais. O Conselheiro mencionou estar fazendo levantamento da área e solicitou que o relatório de vistoria fosse apresentado como ponto de pauta da próxima reunião. Finzalizou explanando que por solicitação do prefeito, Dr. Aluísioseria interessente fazer um levantamento quanto ao interesse público para aquisição das áreas onde estão os atrativos naturais do Córrego Peito do Pombo, a partir foi foi protocolado na SEMA sob o nº 71926/2015 um dossiê, com documentos em anexo, com o objetivo de balizar os gestores públicos quanto ao interesse público no uso das áreas dos atrativos naturais já citados Verificado quórum suficiente para aprovação de demandas a proposta e pauta foi aprovada. Prosseguiu-se para a pauta: "**Proposição de confecção de Placas de Educação Ambiental"** apresentado pelo Conselheiro Fernando Mancebo de Azevedo do Centro de Controle de Zoonoses - SEMUSA, a proposta foi acolhida pela maior parte dos Conselheiros, entretanto foi consensual que a proposta precisava ser mais desenvolvida assim como deveria ser ampliada e contemplada em outras áreas. Ficou definido que a proposta seria encaminhada ao Vice Presidente do Conselho Henrique Abrahão Charles, que se colocou a disposição para executar as demandas exigidas para aprovação. Tendo em vista da pauta: "**Proposta de Cerimônia de Diplomação de Cidadãos e ou Entidades",** os Conselheiros Pedro Marinho e Carlos Davi apresentaram o novo documento com as demandas solicitadas pelos Conselheiros em outra reunião. Apesar de alguns critérios fossem necessários ser adicionados ao documento como argumentado pelo Vice Presidente do Conselho, o mesmo fora aprovado por unanimidade para execução ainda no ano de 2015 em caráter experimental. A pauta "**Apresentação de processos a Câmara Técnica de Julgamento de Processos"** foi apresentada pela Secretaria Executiva de acordo com o solicitado na ultima reunião ordinária do COMMADS. O Conselheiro Pedro Marinho se manifestou contra a apresentação dos processos da forma que fora conduzida, visto que não contemplava por completo a solicitação demandada. O Conselheiro Rodrigo Lemes e Alessandra Veloso entenderam que a demanda fora atendida e que deveria ser aprovada, mas que na próxima apresentação o embasamento deveria descrever o artigo infracionado por extenso para que os Conselheiros possam avaliar a necessidade de dar vistas aos processos. Após votação os processos 444/2008; 71357/2009; 70168/2009; 71952/201071034/2009, 73798/2010, 72134/2010, 72078/2010; 73469/2010; 73470/2010;

73470/2010; 72769/2010; 74700/2011; 74544/2011; 74783/2011; 75917/2011; foram encaminhados a Câmara Técnica de Julgamento de Processos, somente com um voto contrário do Conselheiro Pedro Marinho. O Presidente, reforçou que as demandas encaminhadas ao COMMADS tem sido atendidas a contento e que para reforçar as demandas emanadas disponibilizará apoio de mais um assistente administrativo para o trabalhos do CONSELHO Tendo em vista a aprovação da pauta "**Criação da Comissão de Denúncias**" o Conselho deliberou por criar esta Comissão em caráter Permanente e que sua nomenclatura seja enquadrada assim como prever o Regimento Interno em fase de aprovação. Os Conselheiros Pedro Marinho, Rodrigo Lemes, Marcelo Puertas, Bernadete Vasconcellos se candidataram a membros, o que fora aprovado por unanimidade. O Conselheiro Marcelo Puertas solicitou que fosse posto em votação suas propostas de decisão e requerimentos direcionados ao Ministério Público e Chefe do Poder Executivo feitas no inicio da reunião. Colocada em votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade pelos membros presentes. O presidente do Conselho Gerson Lucas Martins iniciou a pauta **"Ações e intervenções na Linha Azul",** onde fora explanando que os órgãos responsáveis da Prefeitura atuaram em conjunto pra coibir as invasões, entretanto só puderam atuar dentro dos princípios legais cabíveis em áreas privadas. **Aberta a pauta: "Informes das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho" a Secretaria Executiva informou não ter recebido nenhuma inscrição dos Coordenadores ou membros das Câmaras Técnicas.** Encerrado o tempo e a discussão, o Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino o presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Henrique Abrahão Charles
Subsecretário de Ambiente
Matr.: 44.084
SEMA / PMM

Gerson Lucas Martins
Matr 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun de Ambiente de M...

Márcio Nascimento da Silva
Secretário Geral

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 14 de Outubro de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 14 de outubro de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14h10minh pelo Vice **Presidente do Conselho, Sr. Henrique Abrahão Charles**, que passou a palavra para o Secretário Executivo, o senhor Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra que iniciou a reunião informando quorum suficiente para se iniciar a reunião, entretanto sem quorum mínimo para aprovação. A pauta **"Apresentação do levantamento realizado na Fazenda Peito de Pombo"** foi antecipada pelo Conselheiro Márcio Nascimento, que iniciou sua fala afirmando que seria interessante a presença do proprietário da área a qual a apresentação trataria visto que o mesmo tem interesse em transformar a área em RPPN. Iniciou sua apresentação indicando que tal área já foi objeto de projetos dentro do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras e que a propriedade está localizada em área estratégica da APA do Sana, na cabeceira da bacia hidrográfica do Córrego Peito do Pombo, porção oeste do distrito e que realiza relevantes serviços ambientais para a Unidade de Conservação. Possuindo uma área de 919,6 há, os quais mais de 90% em floresta de Mata Atlântica com diversos afloramentos hídricos (nascentes), formando um relevante escoamento superficial importante para a bacia. Abriga, servindo como berço e habitat, a exemplares de fauna ameaçados de extinção, fornecendo os nichos necessários à sobrevivência destas espécies. Fazenda que antes de ser adquirida pelo Sr. Pedro Duarte era utilizada como base para caçadores de diversas regiões. Apresentou que o objetivo da apresentação era a Constatação e certificação da propriedade em questão, conforme acordado em Contrato de Prestação de Serviço assinado em 04/05/2015. A Metodologia utilizada foi a Identificação de processos arquivados na Secretaria de Ambiente sob o Nº 80.759/13 e a notificação nº 5.092, orientando a paralisação das intervenções realizadas na área da propriedade ("Intervenção em cursos d'água, manilhamento de pequenos cursos d'água e recuperação de estrada antiga"), recebida em 27/03/2012. Após a análise dos documentos levantados, foi realizada uma visita técnica para comparar as últimas imagens feitas pelo fiscal que constam no relatório produzido pela SEMA. Neste foram identificados as seguintes intervenções: Manutenção da estrada que dá acesso a sede, de aproximadamente 3 km de comprimento, com 3 m de largura, sendo realizado empedramento em dois trechos desta estrada, no leito do escoamento superficial; Manilhamento em dois outros trechos da mesma estrada de 3m. De extensão (composto por manilhas de 60 cm.), o primeiro para escoamento pluvial e o segundo em córrego que nasce na propriedade, a fim de possibilitar escoamento desta água; Restauração da arquitetura da sede e início de uma nova construção da entrada da propriedade. Por fim informou que a vistoria foi realizada com o apoio do Secretário Executivo do Conselho Gestor da APA do Sana Mauricio Saes e que aguardaria a definição dos passivos ambientais identificados para que o sistema de gestão do município (COMMADS) possa opinar na referida matéria, visto os valores ecossitêmnicos que esta área possui. O Senhor Cícero França pediu a palavra e informou que o responsável pela produção das fotos aéreas do desmatamento ficou desapontado com o passeio realizado na região e que uma das medidas que precisam ser analisadas com urgência é a municipalização das áreas de interesse por meio de decretos e suas respectivas indenizações. O Conselheiro Rodrigo Lemes questionou que se o Conselho for esperar declarar a finalização dos passivos ambientais para declarar a relevância destas áreas, a área poderia sofrer outras intervenções mais drásticas como relatado por um dos professores da UFRJ que esteve na região. Da mesma forma indicou a criação de uma moção como solução para a situação. O Vice Presidente

Henrique Abrahão Charles esclareceu a necessidade de sanar os passivos ambientais para que projetos de recuperação ambiental possam ser financiados na área. O Conselheiro Marcio Nascimento concordou com a fala do Conselheiro Rodrigo Lemes e indicou que ao seu parecer o desmatamento tem sido reduzido ao longo do tempo, entretanto o ordenamento turístico da área tem sido um dos maiores problemas ambientais. Sugeriu que nas próximas reuniões sejam apresentados os problemas e projetos em áreas de interesse como a referida na apresentação. O Conselheiro Rodrigo lemes concordou com o apresentado e a plenária aprovou que na próxima reunião o Conselheiro Márcio fizesse o levantamento para apresentação. A Conselheira Elisângela Sossai discorreu acerca do zoneamento da APA, e sugeriu que fosse revisto. O Conselheiro Marcelo Puertas solicitou a palavra para apresentar o Representante da Ordem dos Advogados do Brasil Thiago Américo para homologar sua participação como instituição membro da grade do Conselho. O Senhor Thiago informou que após ter a noticia desta vaga se articulou para garantir a contribuição neste órgão de gestão política e social. Colocou-se a disposição para trabalhar em prol do Conselho respeitando o regimento da OAB. Esclareceu que seria interessante superar as mudanças de datas e horários das reuniões para garantir a participação social daqueles que no horário da reunião estejam em trabalho. A Secretaria executiva informou que devido à falta de quorum homologação estaria impedida, mas que na próxima reunião tal demanda viria como ponto de pauta. O Conselheiro Rodrigo Lemes pediu a palavra e informou a existência de um processo (81932/2013) que trata da criação de um Parque Ecológico do Sana e outro (71535/2014) que trata da revisão do zoneamento ambiental da APA do Sana. A Secretaria Executiva iniciou o ponto de pauta "**Apresentação do Parecer PROGEM – Resolução 003/2010"** apresentando o documento enviado no dia 25 de setembro de 2015 através do memorando interno 258/2015 para ciência do COMMADS, que entre outras disposições conclui que a Resolução 003/2010 do COMMADS, viola as normas legais que dispõem sobre o processo de licenciamento no Município de Macaé. O Conselheiro Rodrigo Lemes informando estar de posse do documento anterior à leitura do mesmo lamentou a forma que a avaliação foi feita. Ressaltou que como visto no documento o conselho tem caráter consultivo, normativo e deliberativo como previsto no Código Municipal de Meio Ambiente, e no mesmo documento há uma contradição vista quando é citado e enfatizado o caráter meramente consultivo deste Conselho. Informou ainda que em nenhum momento foi citado o fato da ilegalidade da resolução como em outros dois pareceres já elaborados pela Procuradoria. Citou que o maior problema é o artigo quinto onde a Secretaria se tornaria um balcão de negócios, da forma que a Secretaria captaria projetos e o empreendedor receberia uma indicação de projeto ou ONG, quebrando os carateres basilares da Resolução 002 do IBAMA que diz que a mitigação ou compensação de determinado empreendimento deve ter relação direta em seu entorno e estar relacionada com o tipo de atividade desenvolvida. Desta forma entra em confronto com o previsto no artigo 4 da resolução 003 do COMMADS. Desta forma o empreendedor paga e não se envolve com os danos e riscos causados ao meio ambiente. Acerca do parecer o Conselheiro Rodrigo Lemes relata que quem definiu a obrigatoriedade de educação ambiental no licenciamento foi o Plano Diretor, aprovado pela população macaense. Relatou que não há a necessidade de uma resolução para tal fim, visto que o licenciamento tem que constar tem uma medida de mitigação que inevitavelmente é uma atividade de educação ambiental, alem disto a criação de um Programa de Educação Ambiental no Município.

Por fim o mesmo informou que existem 75 empresas que precisam cumprir estas obrigações com o aval da Câmara Técnica de Educação Ambiental e uma Instrução Normativa a ser criada em nível municipal. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles informou a existência de um grupo de técnicos da SEMA que está elaborando um edital de chamamento de projetos publico para atender as diversas demandas como a de educação ambiental. O Conselheiro Marcelo Puertas informou que também teve acesso ao documento anterior a sua leitura na reunião e lamentou que o parecer era contraditório e que na cabia uma critica elegante. Repudiou o parecer e protestou a alteração das mudanças de datas, prejudicando uma das Conselheiras a participar. Pediu que a SEMA regularizasse seus assentos dentro da Câmara Técnica de Educação Ambiental para discutir não somente este assunto a fundo e criar diligências para dirimir a situação. A conselheira Alessandra Veloso pediu a palavra e informou que o parecer foi para Coordenadoria de Licenciamento Ambiental para que condicionante de Educação Ambiental fosse retirada das licenças ambientais, afirmou que apesar do papel de Conselheira que a mesma possui ética profissional e esta informação necessitava ser dita para a plenária. Informou ainda que mesmo não estando representando a sociedade civil na plenária, este direito é garantido a todos. Ressaltou também a falta de comentários acerca do plano diretor no parecer. Mostrou-se preocupada com a revisão do plano diretor visto que a procuradoria já havia tentado retirar essa redação do novo documento, assim como o entendimento do INEA que se mostra contra a resolução visto que é o único município que possui esta obrigação. Alem disto recorda a todos que o licenciamento municipal para ser implementado necessitava entre outros quesitos possuir um Conselho de Meio Ambiente existente. Concluiu que uma resposta precisa e elegante deve ser elaborada pelo Conselho para esclarecer o entendimento do Conselho após ter recebido este parecer. O Conselheiro Luis Gomes esclareceu que deve ser analisada a meia culpa de cada um para que os diversos problemas nas resoluções e legislações que tangem o COMMADS precisam ser analisados para pode empoderar o Conselho. O Conselheiro Pedro Marinho entendeu que haviam duas questões para dirimir a situação, a primeira deles era suspender as licenças ambientais visto que fere as legislações pertinentes. Afirmou que o Conselho tem uma posição conservadora até então, porém uma atitude de baixo calão como a presenciada necessita de resposta a contento para os Gestores Públicos. O Vice Presidente reafirmou a vontade da Secretaria em financiar os projetos de educação ambiental e demais projetos de cunho ambiental. O Conselheiro Márcio Nascimento se demonstrou lisonjeado em estar na presença da juventude que vem lutando pelas políticas ambientais no município, questionou aos demais qual seria o melhor método para que seja garantida a gestão participativa democrática. Mostrou-se preocupado com a situação apontada e sugeriu que a adequação da resolução deve ser feita, mas que se for necessário acionar o Ministério Publico e como sugerido pelos outros Conselheiros que se interrompa o sistema através da participação do Conselho. Por fim pediu desculpas pelo adiamento da reunião visto que fez solicitação para o adiamento da reunião citada pelo Conselheiro Marcelo Puertas. O Conselheiro Fernando Mancebo questionou se há um tamanho de área permitida para cada empreendimento. A Conselheira Alessandra Veloso respondeu que cada empreendimento tem um enquadramento, que dependendo da atividade pode ser consultado no site do INEA. A Conselheira Bernadete Vasconcellos questionou desde quando os empreendedores receberam licença sem a exigência da condicionante da Educação Ambiental. A Conselheira Alessandra Veloso esclareceu que este questionamento deve fazer essa solicitação diretamente para a SEMA e que a medida foi tomada pela Coordenadoria de Licenciamento após a ciência. A Conselheira Bernadete questionou se a SEMA

acatou a recomendação da Procuradoria e questionou ao membro da OAB se os processos que não tiveram a exigência poderão ser revistos. O Senhor Thiago Américo esclareceu que o parecer não possui caráter vinculante, desta forma seria absurdo ser vinculados aos atos administrativos. Em seu entendimento acredita que os atos devem ser revistos caso entrem em confronto com a lei, senão esta se convalida. Por fim ele discorda que um parecer passar por cima de um órgão como o COMMADS e violar atos administrativos. Sugeriu que fosse criada uma cartilha para ilustrar os papeis e funções do COMMADS e dos Conselheiros e principalmente o acesso a todas as legislações pertinentes. Ele enalteceu a fala do Senhor Thiago Américo e gostaria somente de contribuir acerca da audiência do Plano diretor que em breve deve ocorrer, e pediu que todos fiquem atentos para que este artigo que garante os projetos de educação ambiental no processo licenciamento ambiental seja retirado. Afirmou que é a favor do desenvolvimento econômico da cidade, mas que este deve ser feito de forma sustentável e garantida a participação social neste processo. Por fim, emocionado, o mesmo fez um breve relato acerca de uma situação experienciada junto a seu filho, onde o mesmo convenceu a um de seus vizinhos que fizesse a soltura de um pássaro engaiolado. Conseqüentemente sua esposa recebeu um comentário do mesmo afirmando que caso tivesse sido um adulto que o tivesse pedido o meso não teria realizado. Desta forma ele concluiu o relato afirmando que se seu filho não tivesse uma professora que leva a serio as políticas de educação ambiental provavelmente esta situação não teria ocorrido. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles informou que as ações de educação ambiental tem se intensificado. A Conselheira Elisangela Sossai questionou o fato da exigência na lei do Plano Diretor ser somente uma diretriz, e qual seria o valor disto. O Senhor Thiago Américo informou que as diretrizes teoricamente é além de uma norma a regra, ela aponta um caminho vinculando o legislador. Finalizou que as diretrizes têm sua aplicabilidade e deve ser seguida por toda sociedade e principalmente para o governo. O Conselheiro a proposta de encaminhamento para que todos assinassem os presentes assinassem um documento solicitando que a Secretaria de Ambiente voltasse a considerar a exigência de projetos d educação ambiental no processo de licenciamento, assim como abrir uma investigação junto ao Ministério Público, visto que não havia quorum para aprovação na reunião. O Conselheiro Alessandro Silva questionou se a resolução 003 deveria ser revogada pro inteiro ou somente os artigos 4 e 5. O Conselheiro Rodrigo Lemes respondeu que há a necessidade de se criar uma nova resolução revogando a anterior por completo. O Conselheiro Alessandro Silva solicitou que um parecer pelo jurídico do INEA fosse apresentado, alem disto solicitou que fossem prestadas informações acerca do licenciamento de obras publicas do município e suas condicionantes. Por fim pediu um levantamento acerca do histórico na região de Imboassica. A Secretaria Executiva informou que os ofícios solicitados na reunião ordinária acerca das denuncias do Frade direcionados ao Prefeito e Ministério Publico Federal foram protocolados em 28 de setembro. Pediu desculpas por ter também ter solicitado ao adiamento da reunião visto a ausência de todos os membros da Secretaria do COMMADS. Acerca do Regimento Interno a Secretaria Executiva informou que o Jurídico da SEMA fez um vasto levantamento na ultima versão do documento , e que cabia uma nova avaliação em diversos pontos, visto que um dos pontos principais de criticas se referia a utilização de uma lei ordinária revogar uma lei complementar, onde este regimento foi baseado.Finalizou este assunto afirmando que o documento foi encaminhado A Procuradoria de Assuntos Legislativos para análise.
Como ultima solicitação o Conselheiro Marcelo Puertas criticou a dependência das ações do COMMADS atreladas aos pareceres e decisões do Jurídico da SEMA e Procuradoria, e ainda solicitou

que fosse consultado o Secretário de Ambiente para realizar uma Reunião Extraordinária para reavaliar o Plano de Ações e Metas do Conselho.

Encerrado o tempo e a discussão, o Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino o presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Henrique Abrahão Charles
Subsecretário de Ambiente
Matr.: 44.084
SEMA / PMM

Gerson Lucas Martins
Matr. 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Rodolfo dos Santos C. Coi
Assessor Administrativ
Matr.: 27.444
Secretaria Mun. de Ambiente de M

Márcio Nascimento da Silva
Secretário Geral
COMMADS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 4 de Novembro de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 4 de novembro de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14h50minh pelo **Vice Presidente do Conselho, Sr. Henrique Abrahão Charles**, que passou a palavra para o Secretário Executivo, o senhor Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra que iniciou a reunião informando quorum suficiente pra se iniciar a reunião, entretanto sem quorum mínimo para aprovação. Visto que grande parte das pautas elencadas necessitava de aprovação, a pauta **"Informes das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho"** foi antecipada, onde se iniciou a leitura do relatório da Câmara Técnica de Educação Ambiental realizada em 28 de outubro de 2015 cujos encaminhamentos finais foram: a) exigir o retorno imediato da inclusão da Resolução 003 como condicionante dos licenciamentos ambientais da Prefeitura Municipal de Macaé b) solicitar que seja feito um parecer das licenças emitidas durante o período em que o Secretário determinou pela não inclusão da Resolução 003 como condicionante, a ser apresentada na próxima reunião do COMMADS e c) exigir que sejam revistas as condicionantes de licença emitidas durante o período de suspensão da obrigatoriedade do cumprimento da Resolução 003. Na ocasião também fora lido o relatório da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos realizada em 13 de outubro de 2015, cujo encaminhamento final fora redigir documento para aprovação da Plenária, pro meio do qual será solicitado acesso ao TR do contrato 007/2011(não encaminhado a Secretaria Executiva). O Coordenador da Câmara Técnica Julgamento de Processos cobrou freqüência e participação dos membros nas reuniões ordinárias e principalmente as duas reuniões extraordinárias convocadas, onde somente a SEMA e a PROGEM estiveram presentes, impossibilitando o julgamento do grande volume de processos acumulados e com prazos vencidos ou a vencer. A conselheira Alessandra sugeriu que se esta demanda não está sendo atendida pela câmara técnica, deve-se avaliar o encaminhamento de mais processos para análise. Finalizou sua fala apresentando uma proposta de rodízio das instituições membro e substituição daquelas que não estão participando. A Secretaria Executiva ressaltou que na próxima reunião ordinária deverá se avaliar os prazos para renovação da grade de instituições membro do COMMADS, visto que o biênio oficialmente se encerraria no último mês do ano de 2015, fora ressaltado que a grade atual foi instituída dois meses após a data oficial, cabendo a plenária a análise da situação e tomar as providencias cabíveis. O Conselheiro Marcelo Puertas cobrou que fosse feito um calendário da CT para que todos acompanhem as reuniões para que não haja problemas datas e suas convocações. A Secretaria executiva informou já haver um calendário aprovado, entretanto os membros não estão participando de qualquer forma. Finalizada esta Pauta a Secretaria Executiva iniciou a pauta "Informe Gerais" o qual cedeu a palavra ao Conselheiro Marcelo Brasileiro para explanar acerca do ofício 045/2015 encaminhado a Secretaria Executiva para justificar as faltas no período em que esteve ausente no ano de 2015 por conta de problemas familiares, tanto dele quando de seu suplente. A secretaria Executiva informou ter entrado com o Ministério Publico para levantar o numero do processo protocolado contendo as solicitações e denuncias na região do Frade. O Conselheiro Marcelo Puertas informou ter dado entrada novamente no processo junto ao

Ministério Publico Federal. A Conselheira Dominick Werneck informou que esteve com a Conselheira Edla Bichara e que a mesma informou não estar recebendo as convocações. A secretaria Executiva informou que já tentou entrar em contato tanto por e-mail e por telefone para atualizar os dados da conselheira, mas sem sucesso. O Conselheiro Marcelo Puertas solicitou novamente que o calendário aprovado seja seguido assim como a proposta de um novo para o ano seguinte. Solicitou ainda que fosse incluso o contato do Senhor Thiago Amerio que pleiteia uma vaga no Conselho e cobrou sua solicitação de convocação de uma reunião extraordinária para tratar do Plano de Metas do Conselho. Foi sugerido pela Secretaria Executiva que esta demanda entre como ponto de pauta de uma reunião ordinária, a qual foi aceita pelo conselheiro proponente. O Conselheiro Alessandro Silva cobrou uma apresentação do INEA acerca da região do Novo Botafogo solicitada na reunião extraordinária de agosto de 2015. A Secretaria Executiva informou que não houve solicitação formal ao INEA visto que tal demanda não fora aprovada pela plenária do Conselho. A Conselheira Bernadete reiterou a necessidade de se cobrar ao INEA um parecer acerca da situação e da aprovação das atas que preveem estas decisões. E trouxe a pauta a necessidade de resposta de um protocolo (72276/2015) realizado na Secretaria de Ambiente solicitando as condicionantes ambientais de educação ambiental retornem ao processo de licenciamento ambiental. A Secretaria Executiva informou que as atas estão sendo preparadas dentro dos prazos regimentais e somente carecem de aprovação, visto a falta de quorum para aprovação desde o mês de setembro. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles informou que projetos de educação ambiental continuam sendo executados pela SEMA, e quanto a resolução 003 do COMMADS, o mesmo pediu que fosse criada uma comissão para ir discutir o tema juntamente ao Secretário e demais partes envolvidas visto solucionar os entraves possíveis para execução desta demandas.A Conselheira Dominick Werneck citou que seria interessante que os membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental sejam os membros indicados para esta comissão. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles acatou a proposição e sugeriu que esta reunião seja realizada o quanto antes possível. O Conselheiro Alessandro Silva afirmou não ter participado das discussões da Resolução 003 e pediu um panorama da situação. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles informou que não caberia discutir a situação naquele momento visto a complexidade dos assuntos e a proposição feita pela SEMA para criação de comissão de acompanhamento. O Conselheiro Alessandro Silva ressaltou a necessidade da presença do Presidente do Conselho nas reuniões, demonstrando por vezes estar fazendo pouco do Conselho. A conselheira Elisângela Sossai identificou que a maior preocupação não é a efetividade da cobrança da condicionante da Resolução 003, mas a necessidade de se realizar os projetos e ações de educação ambiental de uma forma geral no município. Ressaltou que fica angustiada qual o sentido de uma reunião sem quorum para aprovação, onde nada poderá ser aprovado e resultando em mais uma ata para aprovação. Sugeriu por fim que todos avaliassem suas falas e propostas para que sejam mais precisas e produtivas. O Conselheiro Marcelo Brasileiro esclareceu que por poucas vezes viu o plenário tão

desanimado e que não só ele como outros conselheiros estão lutando pra oferecer as próximas gerações uma cidade com qualidade ambiental, sem fins lucrativos. Solicitou que todos os membros se comuniquem mais, que isto seja por telefone ou e-mail ou ate mesmo por um simples bate papo, além da necessidade de motivar os membros do Conselho, principalmente ao tocante da participação do Presidente do Conselho. A Conselheira Bernadete concordou com o Conselheiro Marcelo Brasileiro, principalmente as futuras gerações, visto a forma como as empresas se implantam no município sem se adequar as questões ambientais e muitas vezes sem limite. O Conselheiro Marcelo Puertas solicitou que os métodos de comunicação entre os membros do COMMADS seja revisto. Mostrou-se preocupado quando a gestão passa a ter um posicionamento autoritário e tem fé no papel exercido pelo Secretário, entretanto se mostrou preocupado com as pessoas que o cercam, muitas vezes travando diversas decisões e proposições do Conselho, muitas vezes desqualificando-o. Afirmou que a questão mencionada sobre a próxima eleição deve ser analisada, pois é de causar estranhamento a antecipação da mesma somente para "se livrar" dos "ecochatos" na grade atual e garantir uma grade nova mais confortável para a gestão. A Conselheira Dominick Werneck identificou que o problema da Gestão Publica atualmente é sua fiscalização e atualmente os Conselhos vem cumprindo esse papel ponderou que o parecer acerca da resolução 003 não foi um parecer à altura do COMMADS. Concordou com a fala da Conselheira Elisangela Sossai, quando se trata das reuniões que viraram sessões de desabafos entre amigos, desmotivando a participação nas reuniões. A Secretaria Executiva esclareceu que acerca da renovação da grade do Conselho foi uma propositiva dela e não de seu Vice Presidente ou Presidente, somente para que se cumpram os prazos administrativos regimentais. A Conselheira Alessandra visando otimizar as demandas do COMMADS sugeriu que Secretaria analise o que precisa ser aprovado até o fim do ano e caso necessite convoque uma reunião extraordinária para tal. O Vice Presidente Henrique Abrahão Charles sugeriu que a comunicação entre os membros seja das diversas maneiras possíveis, principalmente na criação de um grupo no "Whatsapp" como ferramenta para gestão e comunicação. O Conselheiro Marcelo Souza esclareceu que apesar de muitas demandas não sejam sanadas o mesmo trouxe a luz das discussões as situações provocadas pelo Conselho, como o caso da região do Frade, são executados pelos diversos órgãos da prefeitura. Encerrando sua fala de forma otimista citou como a Prefeitura vem atuando em prol dos cidadãos, neste caso fez nova referencia ao caso de denúncias na região do Frade da Senhora Rosane, onde foi constatado que todos os procedimentos licitatórios e projetos executivos, não possuíam autorização da SEMOB, inviabilizando qualquer tipo de atividade na região. O Conselheiro Alessandro Silva cobrou que diversas sugestões de pauta foram feita em reuniões anteriores e até o momento não foram convocadas. A Secretaria Executiva esclareceu que como forma somente sugestões e não indicações de pauta aprovadas pelo Conselho as mesmas ainda estavam pendentes na listagem de prioridades para serem convocadas. Renovou suas sugestões a) apresentação das licenças de obras públicas e os projetos de educação ambiental b) histórico da bacia hidrográfica do Rio Imboassica c)

questionou sobre a fiscalização e sua periodicidade nos Rios da região do Novo Botafogo, visto os descartes permanentes no canal causando alguns problemas ambientais e d) intervenção ocorrendo no terreno de Arley (Área brejosa do outro lado do SENAI) e se há licenciamento para tal. A Secretaria Executiva esclareceu novamente acerca das pendências das atas por falta de quorum e sua aprovação, quanto ao levantamento da bacia hidrográfica de Imboassica o meso que esclareceu que a SEMA não produz dados primários, já em relação como está à situação atual deveriam ser feitos inúmeros projetos para investigar as diversas matrizes. Por fim esclareceu que muitos dados estão compilados junto ao Comitê de Bacias em seu Plano de Bacias e outros projetos que estão em desenvolvimento. Quanto as denuncias o Vice Presidente convidou o conselheiro para ir a SEMA e se reunir com ele e o Coordenador de Fiscalização da SEMA para que sejam esclarecidos os pontos questionados. O Conselheiro discordou com a necessidade de sua ida até a SEMA para dirimir e encaminhar esta denuncia. O VICE Presidente informou que devido à grande quantidade de dados seria muito interessante a ida do mesmo a SEMA para que as explanações não sejam corriqueiras em um curto espaço de tempo como as reuniões do COMMADS. A Conselheira Bernadete Vasconcellos entendeu que a solicitação feita pelo conselheiro está sendo mal interpretada, visto que aparentemente o mesmo estava requerendo vistas ao processo de licenciamento do empreendimento Bela Vista, onde constam o EIA e RIMA. A Conselheira Alessandra Veloso esclareceu que tal processo de licenciamento foi feito pelo INEA em sua sede (RJ), e que tal fiscalização PE feita com cópia da licença no local dos empreendimentos ou no site do INEA (assim como o EIA e RIMA). O Conselheiro Alessandro Silva ressaltou que suas indagações são feitas para que todos os membros do plenário do COMMADS estejam cientes das ações e atividades executadas e fiscalizadas pela SEMA. A Conselheira Bernadete Vasconcellos reiterou a necessidade da presença do INEA nas reuniões do COMMADS visto as diversas situações que o COMMADS tem analisado e há necessidade de esclarecimentos por parte destes. A Conselheira Alessandra Veloso pediu mais objetividade e clareza nas diversas propostas pelos Conselheiros do COMMADS, visto que perguntas abrangentes receberam respostas mais abrangentes ainda. O Conselheiro Marco Aurélio entendeu que estava havendo algum tipo de conflito nas idéias apresentadas pelos Conselheiros Alessandro Silva e Bernadete Vasconcellos, o qual foi esclarecido pela Secretaria Executiva que nenhuma das pessoas presentes poderia esclarecer as dúvidas levantadas por ambos. Encerrado o tempo e a discussão, o Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino o presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Márcio Nascimento
Secretário Geral
COMMADS

Henrique Abrahão Charles
Subsecretário de Ambiente
Matr.: 44.084
SEMA / PMM

Gerson Lucas Martins
Matr. 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun. de Ambiente de Macaé

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 9 de dezembro de 2015

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 9 de dezembro de 2015, no Plenário do Palácio Claudio Moacyr, foi iniciada às 14h30minh pelo **Vice Presidente do Conselho, Sr. Henrique Abrahão Charles**, que passou a palavra para o Secretário Executivo, o senhor Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra que iniciou a reunião informando quorum insuficiente pra se iniciar a reunião, entretanto sem quorum mínimo para aprovação. Fora justificada a ausência do Presidente do Conselho, também Secretário de Ambiente visto que o mesmo havia se acidentado no dia anterior a reunião ordinária. A pauta **Apresentação de Propostas dos Conselheiros e Informes Gerais foi iniciada** e o Secretário Executivo, anunciou ter recebido da ESANE o oficio 565/2015 que tratava de resultados de análises dos afluentes e efluentes das ETE's de Glicério, Engenho da Praia, Funemac e Imburo referentes ao mês e outubro de 2015 e que os mesmo estão disponíveis para consulta. Visto que grande parte das pautas elencadas necessitava de aprovação, o Conselheiro Marcelo Brasileiro iniciou uma discussão acerca da existência ou não do regimento para poder direcionar este tipo de situação. Os Conselheiros Rodrigo Lemes e Elisangela Sossai reiteraram a necessidade de se definir de uma vez a situação do quórum no Conselho, visto que todas as reuniões antecedentes estavam sendo realizadas sem quorum e, portanto não se resolvia ou aprovava nenhuma demanda do Conselho. Após discussão acerca da legitimidade ou não do regimento interno atual, das leis municipais ambientais e da definição dos termos quórum mínimo para aprovação, maioria simples e maioria absoluta, ficou decidido que as reuniões se iniciariam da forma como manda o Código Municipal de Meio Ambiente da seguinte forma "O quorum das reuniões plenárias do COMMADS será de 1/3 (um terço) de seus componentes para abertura das sessões e de maioria simples para votações", e, portanto a reunião que se desenrolava já poderia continuar com aprovações de pauta. O Secretário Executivo anunciou a disponibilidade de quatro vagas para o curso de capacitação de conselheiros municipais promovido pela agenda 21. Os conselheiros Bernadete Vasconcellos e Alessandro Silva. O Conselheiro Marcelo Puertas fez uma proposição de alteração de pauta da reunião, que fora aprovada pela maioria. A reunião seguiu da seguinte forma: **Homologação da vaga para Entidade de Categorias-Profissionais; Diplomação de Cidadãos Macaenses que tenham prestado Relevante Serviço Ambiental ao Município; Denúncia ao MPF sobre o não cumprimento do Plano Municipal de Resíduos Sólidos; Moção de Repúdio ao Projeto de Lei Complementar 014\2015; Moção de Repúdio Decreto de Alteração do Zoneamento; Câmara Técnica de Julgamento; Comissão de Apoio á Secretaria Executiva; Aprovação de ata da Reunião Ordinária de 2 de setembro; Aprovação de ata da Reunião Extraordinária de 20 de agosto de 2015; Aprovação de ata da Reunião Ordinária de 14 de outubro de 2015; Aprovação de ata da Reunião Ordinária de 4 de novembro de 2015; Apresentação de Propostas dos Conselheiros e Informes Gerais; Informes das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho; Avaliação do Plano de Metas e Resultados;** Iniciada a pauta **"Homologação da vaga para Entidade de Categorias-Profissionais",** fora aprovada a inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil como instituição membro da grade do conselho. A pauta **Diplomação de Cidadãos Macaenses que tenham prestado Relevante**

Serviço Ambiental ao Município foi iniciada e foram aprovados os seguintes nomes para diplomação: Senhora Alba Corral (In memorian) indicado pelo Conselheiro Alessandro Silva, Senhor Silvio Maia (In memorian) indicado pelo Conselheiro Marco Aurélio, Plano de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira indicação do Conselheiro Pedro Marinho, o Senhor Paulo Sérgio de Carvalho Barcellos indicado também pelo Conselheiro Alessandro Silva e o Senhor Vicente Stanislaw Klonowski indicado pelo Conselheiro Marcelo Puertas. Todas as indicações foram aprovadas por unanimidade com exceção do PDS Osvaldo de Oliveira que teve um voto contrário. O Conselheiro Marcelo Puertas fez a leitura da **Denúncia ao MPF sobre o não cumprimento do Plano Municipal de Resíduos Sólidos** visando à interveniência do mesmo para que sejam cumpridas as Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Resíduos Sólidos a qual fora aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Tendo em vista que se tratava de denúncia feita ao município, o Vice Presidente do Conselho Henrique Abrahão Charles na qualidade de Presidente nesta reunião ordinária delegou que o documento fosse assinado pelo Secretário Geral Márcio Nascimento, o que fora elogiado pelos conselheiros presentes. Iniciou-se uma discussão acerca da publicação dos documentos do Conselho, no que tange a ata de cada reunião ordinária foi proposto que a ata seja mais sucinta e esclarecida, e que preferencialmente fosse elaborado em tempo real. Desta forma decidiu-se por fazer uma reunião ordinária onde à ata em tempo real será testada. O Conselheiro Marcelo Puertas iniciou a pauta **Moção de Repúdio ao Projeto de Lei Complementar 014\2015** relatando que ele foi informado da proposta de alteração da LC 027/2001 na Câmara Municipal de Vereadores proposta pelo Poder Executivo, sem o conhecimento do Conselho, visto que altera regras de licenciamento ao que tange a existência de cadastro de empresas para emissão de Parecer Técnico Ambiental. O Conselheiro Marcelo Brazileiro questionou o tom negativo de uma moção de repúdio. A Conselheira Bernadete concordou com a proposta e esclarece que é necessário ter um termo mais ameno para isto. O Conselheiro Marcelo Puertas enfatizou que a moção era destinada para Secretaria de Ambiente, visto que esta era a propositora. Findada a discussão foi aberta a votação desta moção de repúdio a qual não foi aprovada. O Conselheiro Rodrigo Lemes iniciou a pauta **Moção de Repúdio Decreto de Alteração do Zoneamento,** a qual fora aprovada por 10 votos a favor duas abstenções e um voto contra. A Conselheira Bernadete Vasconcellos iniciou a pauta **Câmara Técnica de Julgamento,** onde solicitou conhecimento dos processos que foram apresentados em plenária e que a Câmara Técnica não conseguiu analisar no tempo legal para serem julgados (45 dias). A Secretaria Executiva informou que a Câmara Técnica precisa formalizar o retorno destes processos para a Secretaria Executiva. Foi iniciada a pauta **Comissão de Apoio á Secretaria Executiva, onde o Conselheiro Marcelo Brasileiro** informou a necessidade dos Conselheiros apoiarem a Secretaria Executiva para agilizar o andamento das diversas demandas da mesma. A secretaria anunciou o fim do tempo proposto para reunião, pediu que os conselheiros se atentassem a quantidade de atas pendentes de aprovação e que os mesmo mandassem às considerações preteritamente a próxima reunião ordinária. O Conselheiro Alessandro Silva

solicitou que as atas fossem enviadas em formato doc. pois o formato docx. não abre em todos os computadores. Informou ainda que discordava da aprovação de várias atas em bloco. O Conselheiro Márcio Nascimento solicitou que fosse levada pelo menos uma cópia das atas para reuniões quando forem aprovadas. O Conselheiro Alessandro Silva questionou que muitas demandas e questionamentos não são sanados. Questionou a situação da invasão na linha azul, as ações no terreno ao lado do SENAI e apresentação do INEA sobre o descarte de resíduos no Novo Botafogo. O Vice Presidente informou que levantaria as informações e traria as respostas. A Conselheira Bernadete Vasconcellos questionou a resposta de um documento protocolizado em maio de 2015. A secretaria Executiva, solicitou mais detalhes e o número do processo para tentar agilizar a resposta.

Encerrado o tempo e a discussão, o Presidente finalizou a reunião e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino o presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun de Ambiente de Macaé

Henrique Abrahão Charles
Subsecretário de Ambiente
Matr.: 44.084
SEMA / PMM

Gerson Lucas Martins
Matr 401771
Secretário Municipal de Ambiente
Prefeitura Municipal de Macaé

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária do dia 13 de Janeiro de 2016

A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia 13 de janeiro de 2016, no Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Macaé, foi iniciada às 14h35min pelo **Vice Presidente do Conselho, Sr. Henrique Abrahão Charles**, justificou a ausência do Presidente do Conselho, também Secretário de Ambiente visto que o mesmo encontra-se em período de férias. Informou ainda quorum insuficiente pra se iniciar a reunião, entretanto com a presença de todos os diplomados no auditório optou-se por iniciar a diplomação dos cidadãos que prestaram relevantes serviços ambientais ao município. Os cidadãos Paulo Sérgio Carvalho de Barcellos, Vicente Stanislaw Klonowsky, e o Plano de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira receberam seu diploma de Honra ao Mérito, enquanto amigos e familiares de Silvio Maia (in memorian) e Alba Corral (in memorian) receberam as honras. A cerimônia seguiu de forma que o Vice Presidente fez um breve relato dos projetos e ações desenvolvidas para cada um dos indicados. Todos os presentes tiveram direito a voz para fazer suas homenagens e explanações. A iniciativa foi elogiada por todos os presentes na cerimônia de entrega, havendo diversas sugestões para que o feito se repita anualmente.

Finalizada as homenagens e não havendo quorum para abertura da reunião ordinária, o Vice Presidente finalizou a cerimônia e eu, **Rodolfo S Coutinho Coimbra, Secretário Executivo,** dou fé e assino o presente ata, após aprovação pelo plenário do COMMADS, junto ao **Secretário Geral, Márcio Nascimento, e o presidente**.

Henrique Abrahão Charles
Subsecretário de Ambiente
Matr.: 44.084
SEMA / PMM

Rodolfo dos Santos C. Coimbra
Assessor Administrativo
Matr.: 27.444
Secretaria Mun. de Ambiente de Macaé